



1290000934

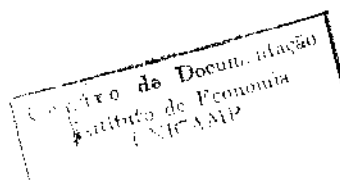


IE

TCC/UNICAMP F941b

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

INSTITUTO DE ECONOMIA - IE



O BRASIL E A REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL DE SEU SISTEMA PRODUTIVO - Contexto, Necessidades, Possibilidades e Caminhos Propostos

Paulo Roberto Ribeiro Frugis

Trabalho de Monografia apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Professor José Carlos Rocha Miranda.

Campinas, 1991

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a José Carlos Rocha Miranda, meu orientador e a Otaviano Canuto dos Santos Filho, minha banca, pelo interesse e pelas sugestões elucidativas quanto ao desenvolvimento deste trabalho.

Quero agradecer também ao Lúcio pela digitação e ao pessoal do xerox pela disposição.

Sumário:

INTRODUÇÃO.....	4
PARTE I - PADRÃO DE CRESCIMENTO E REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL NOS PAÍSES AVANÇADOS	
CAPÍTULO 1 - Esgotamento do Padrão de Crescimento, a Crise dos Anos Setenta e a Necessidade de Reestruturação do Sistema Produtivo.....	6
CAPÍTULO 2 - Natureza do Processo de Reestruturação: Estratégias, Características e Elementos Principais.....	10
PARTE II - O BRASIL E A REESTRUTURAÇÃO	
CAPÍTULO 1 - Especificidades Brasileiras.....	17
CAPÍTULO 2 - Algumas Propostas.....	27
2.1 Proposta do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.....	27
2.2 Proposta do Partido dos Trabalhadores - PT.....	31
2.3 Proposta de Integração Competitiva.....	36
PARTE III - CONCLUSÃO.....	41
Anexo de Tabelas.....	46
Bibliografia.....	53

INTRODUÇÃO

No início dos anos 1970, observou-se o esgotamento do padrão de crescimento do pós-guerra, que nas décadas anteriores havia sustentado os processos de recuperação e expansão das economias avançadas. Após um período recessivo e instável, marcado pela queda dos níveis de produto, emprego e investimento nos principais países, a economia mundial ingressou a partir de meados da década de 1970, em mais um período de crescimento, alavancado pela emergência de um novo padrão tecnológico e de redefinição institucional e financeira no sistema capitalista mundial. Na década de 1980, este novo padrão de acumulação veio a consolidar-se.

Frente a estas recentes transformações na economia mundial, o Brasil se mostra de maneira ambígua. De um lado, ele apresenta um parque industrial complexo e diversificado, capacitando-o para responder dinamicamente às exigências impostas pelo novo paradigma tecnológico internacional. De outro lado, porém, o país apresenta diversos problemas estruturais em sua economia, que vêm se impondo desde o início dos anos oitenta, como importantes restrições ao seu desenvolvimento, o que em última instância, dificulta sua inserção de forma dinâmica e não subalterna na nova ordem mundial que se configura.

As discussões em torno de como se enfrentar ao mesmo tempo, as imposições dadas pelas transformações na economia internacional e pelos problemas em nossa estrutura produtiva, dão-se em torno de diferentes estratégias de reestruturação industrial propostas.

Dentre as diversas possibilidades, foram selecionadas para uma análise mais detalhada as propostas do Partido dos Trabalhadores, do Partido da Social Democracia Brasileira e a de "Integração Competitiva", por apresentarem alternativas melhor elaboradas quanto à constituição de um novo padrão de acumulação para o país.

Quais os principais problemas identificados, quais as soluções apresentadas e como se articulam em cada uma destas propostas, é o objeto central deste trabalho.

I - PADRÃO DE CRESCIMENTO E REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL NOS PAÍSES AVANÇADOS

1. Esgotamento do Padrão de Crescimento, a Crise dos Anos 70 e a Necessidade de Reestruturação do Sistema Produtivo.

As décadas de 50 e 60 assistiram respectivamente, aos processos de reconstrução e expansão das economias européias destruídas pela segunda guerra mundial.

A partir da interferência decisiva dos EUA, que então se consolidavam como nação hegemônica no sistema capitalista internacional, volumosos montantes de capital foram injetados no continente europeu e no Japão, com o propósito de viabilizar a execução de políticas de recuperação por parte dos respectivos estados nacionais. Desta forma constituiu-se nestes países um padrão de crescimento econômico que "(...) apoiava-se numa rápida expansão da produção industrial (liderada pelos complexos metalmeccânico e químico), que impulsionava e transformava outros setores (principalmente agricultura, serviços e transportes e comunicações)." (1).

Esta expansão da produção industrial apoiava-se por sua vez, em dois importantes fatores : a) existência de um mercado dinâmico de bens-de-consumo duráveis, e b) disseminação acelerada do progresso técnico no sentido de atender às necessidades de substituição de produtos naturais por sintéticos e de intensificação da dotação de capital por pessoa ocupada, ambos em resposta aos problemas de escassez de recursos naturais e/ou mão-de-obra presentes nestas economias.

1 Suzigan, W. 1989 p. 7.

Delineou-se conseqüentemente, um círculo virtuoso de crescimento, em que a disseminação acelerada do progresso técnico permitia significativos ganhos de produtividade, elevando as taxas de rentabilidade das empresas, as quais realimentavam a atividade industrial e os esforços em P&D, bem como aumentavam os níveis de competitividade destas economias.

Esta elevação dos níveis de competitividade nestes países, impulsionaria o comércio internacional de manufaturas (2), possibilitando estímulos adicionais em termos de economias de escala. Finalmente, estas economias de escala fortaleceriam os rendimentos e o crescimento industrial de um modo geral, incentivando a inovação e a difusão de progresso técnico. Outro fator importante como alicerce deste padrão do Pós-Guerra, foi a utilização do petróleo como fonte energética, devido principalmente a seus baixos custos no mercado internacional e às perspectivas favoráveis quanto a sua abundância e disponibilidade.

O esgotamento deste padrão começou a demonstrar-se no final da década de 60, com: "(...) a) a saturação do consumo de produtos industriais que puxavam o crescimento - bens duráveis e automóveis; b) o arrefecimento do processo de substituição de produtos naturais por sintéticos, e o conseqüente efeito recessivo sobre o setor de bens de capital e c) o encarecimento e a escassez de mão-de-obra, fazendo com que os salários passassem a crescer acima do aumento de produtividade." (3).

2 Cabe aqui uma referência: no contexto da Guerra Fria, os EUA desenvolveram diversos esforços (políticos, estratégicos e econômicos), com o propósito de barrar os avanços da ideologia socialista sobre a Europa Ocidental e Ásia. Sua atuação no sentido de integrá-las num sistema capitalista internacional incluiu a formação de organismos econômicos que trabalhavam para reduzir barreiras e tarifas e aproximar as principais economias capitalistas, o que impulsionou decisivamente o comércio internacional de manufaturas.

3 Suzigan, W. 1989 p. 10.

A progressiva diminuição dos retornos dos investimentos em P&D nos setores mais dinâmicos, também foi um fator importante para a reversão do crescimento, ao implicar na redução dos gastos neste tipo de atividade, o que traria efeitos dinâmicos significativos.

Em consequência destes fatores, as taxas de rentabilidade das principais indústrias tornaram-se declinantes, inibindo ainda mais os investimentos e a introdução de progresso técnico, resultando na diminuição dos ganhos de produtividade e desaceleração do ritmo de crescimento da atividade industrial. Concomitantemente surgiram pressões inflacionárias, resultantes não só da elevação dos custos salariais e das matérias primas, mas também dos custos financeiros generalizadamente na economia. Estes últimos decorreram principalmente, do elevado nível de endividamento assumido pelas famílias, empresas e governo durante o período de expansão cíclica, exigindo frequentes (e onerosos) refinanciamentos por parte destes agentes.

O primeiro choque do petróleo só viria reforçar as tendências desestruturantes presentes no capitalismo central, ao consolidar a aceleração inflacionária, a tendência recessiva do comércio internacional e a queda dos níveis de produto, emprego e investimento das principais economias.

Paralelamente ao declínio da rentabilidade do sistema produtivo, verificar-se-iam grandes desequilíbrios monetários e financeiros no sistema capitalista mundial, que se apresentariam sob a forma de movimentos de capitais especulativos, desajustes nos balanços de pagamentos e instabilidade das paridades cambiais. Estes movimentos eram consequência tanto da progressiva perda de poder do dólar, no sentido de ordenar os movimentos comerciais e financeiros internacionais, quanto do processo de expansão, globalização e diversificação do sistema bancário internacional, progressivamente em

consonância com interesses privados. Se por um lado comprimia-se o raio de manobra dos estados nacionais, em termos de execução de políticas monetárias, cambiais e fiscais, por outro lado, o circuito financeiro demonstrava-se cada vez mais atraente que o sistema produtivo como alternativa de aplicação de capital.

Tornava-se claro o esgotamento do padrão de acumulação dos anos 50 e 60, e a necessidade de se transitar para um novo padrão tecnológico e de redefinição institucional, capaz de apresentar novas alternativas de rentabilidade e competitividade, que sustentasse o crescimento e desenvolvimento econômico dos países avançados. A reestruturação industrial nestes países mostrou-se como uma das principais estratégias neste sentido.

2. Natureza do processo de reestruturação (estratégias, características e elementos principais).

A partir da segunda metade da década de 70, os países avançados iriam implementar importantes transformações em suas estruturas produtivas, promovendo ajustes no sentido de: a) diminuir o peso da mão-de-obra direta no processo de produção, (exigindo concomitantemente sua maior qualificação); b) minimizar a dependência em relação às indústrias intensivas em energia; c) produzir mercadorias com maior valor agregado e d) reduzir os componentes de recursos naturais e energia na composição do produto final, respondendo à escassez e/ou custos elevados destes fatores.

Além disso, estes ajustes procuravam atender às novas características do mercado internacional, mais apurado em termos de qualidade, mais sofisticado e diversificado em termos de demandas específicas, e mais ágil em termos de imobilização do capital-dinheiro em estoques de produtos acabados e semi-acabados.

Esta situação determinou um movimento competitivo em torno de novas tecnologias de produtos e processos de fabricação, novas técnicas gerenciais, novas formas de organização industrial e novas estratégias de mercado, implicando na reestruturação e realocação das indústrias a nível mundial e estabelecendo novas bases de rentabilidade para o sistema.

Este processo de reestruturação industrial visava não apenas desenvolver os setores intensivos em conhecimento (microeletrônica, biotecnologia, química fina e novos materiais) e aqueles ligados às tecnologias de automação flexível (bens-de-capital, robótica, informática, telecomunicações e aeronáutica) . Objetivava também, recuperar o

dinamismo das indústrias tradicionais (automobilística, têxtil, vestuário, calçados, plástico e borracha), e acelerar o processo de descontinuidade das indústrias em declínio como a siderurgia, a química pesada e a construção naval.

Basicamente os intentos reestruturantes seguiam dois tipos de estratégia: a "reestruturação positiva" que visava a construção de vantagens comparativas dinâmicas nos setores de tecnologia de ponta; e a "reestruturação defensiva" que visava racionalizar as atividades dos setores tradicionais ou maduros, que apresentassem defasagens tecnológicas a nível internacional. Nas palavras de Suzigan (4), os elementos chaves do processo de reestruturação eram entre outros: "(...) substancial aumento dos gastos em P&D; promoção e rápida difusão do progresso técnico; realocação dos recursos produtivos entre setores; mudanças na extensão absoluta do mercado, com aproveitamento de economias de escala (técnicas e econômicas) e das economias de escopo permitidas pela crescente interdependência do sistema produtivo; processos de incorporação e fusão de empresas, centralização de capitais, redefinição da divisão do trabalho entre e intra-empresas, dentro dos circuitos produtivos das diversas indústrias (integração vertical, quase integração vertical (QIV) (5), concentração, desconcentração); racionalização de certas atividades através de políticas de cooperação tecnológica e associação de empresas para grandes projetos."

A redefinição dos moldes em que se dava a concorrência intercapitalista em consequência dos movimentos reestruturantes, verificou-se tanto a nível de empresas quanto a nível dos estados nacionais, demonstrando a profundidade das transformações por que passava a base técnica mundial. Neste contexto, via-se ainda mais reforçada a

4 Suzigan, W. 1989 p. 10.

5 Corresponde à proximidade, confiabilidade e estabilidade nas relações cliente/fornecedor; com a presença de elementos de colaboração, sem dispensar porém a possibilidade de se verificarem elementos coercivos.

importância do progresso técnico como elemento motor do processo de acumulação e como fator dinâmico da estrutura industrial.

Algumas considerações devem ser feitas a esse respeito, inicialmente quanto ao caráter hierárquico e heterogêneo das indústrias das diversas economias do ponto de vista de seu dinamismo em termos de inovações, o que teve como implicação a diferenciação do papel de cada uma delas nas trajetórias tecnológicas dos diferentes sistemas econômicos. Nesse sentido, desenvolveu-se o conceito de "complexo industrial", no qual articulavam-se várias indústrias interdependentes (embora com dinâmicas internas diferentes), sob a liderança de uma indústria motriz.

Constituíram-se assim fluxos intersetoriais de inovações subdivididos em três grupos : 1) "motores" da inovação, correspondente ao grupo das indústrias que atuam na ponta da tecnologia, mais dinâmicas, estas definem os padrões tecnológicos para o resto da economia ao determinarem as novas trajetórias tecnológicas; 2) "intermediários", corresponde ao grupo das indústrias que apresentam uma dinâmica interna capaz apenas de suprir parte da própria demanda por inovações, o restante sendo fornecido pelo grupo motor e 3) "receptores", este não apresenta qualquer dinâmica própria em termos de inovações, sendo a demanda por estas atendida pela oferta de outros setores.

A estruturação hierárquica e heterogênea destes três grupos, exige por um lado, que sejam mantidos setores dinâmicos capazes de sustentar os níveis de rentabilidade e acumulação do sistema como um todo, e por outro lado, exige que se constitua um tecido científico e tecnológico no sentido de integrar as diversas indústrias em torno dos fluxos intersetoriais do progresso técnico. Estas exigências por sua vez, defrontam-se com quatro grandes obstáculos: o primeiro refere-se às imperfeições e

ineficiências dos mecanismos de mercado como orientadores das decisões de investimento; o segundo refere-se à lógica de valorização do capital privado, como crescentemente independente dos interesses nacionais; o terceiro refere-se ao caráter ter concentrado do processo de geração e desenvolvimento de novos paradigmas tecnológicos a nível mundial (6), atuando desta forma como uma barreira à entrada às novas tecnologias e fundamentalmente, o quarto refere-se aos elevados volumes de capital necessários às atividades de P&D e à formação de recursos humanos. Além dos riscos envolvidos, a incerteza e o longo e indefinido prazo de maturação destes investimentos (bem como a sua dificuldade de apropriação).

Estes obstáculos demonstram que as estratégias industriais não poderiam (nem deveriam), por si só responder satisfatoriamente às necessidades de ajustes estruturais impostas pelo novo padrão de acumulação que se gestava nos anos 1970 (mesmo aquelas desenvolvidas por grandes grupos, conglomerados e corporações internacionais). Surge assim o papel essencial do Estado como coordenador das políticas industriais e sua relação com as políticas macroeconômicas, no sentido de implementar o processo de reestruturação industrial nas diversas economias.

Seguindo a taxionomia utilizada anteriormente, a participação do Estado como executor de política industrial, pode ser classificada em três tipos: a) Estruturante: atuação direta na montagem de um setor ou complexo industrial (dá-se em geral nos setores de ponta ou motores); b) Fomento: definição de incentivos, cabendo ao mercado a estruturação final do setor (dá-se principalmente nos setores intermediários) e c) Normatização: atuação ao nível de produtos e processos, definindo suas características (dá-se normalmente nos setores receptores).

6 Sabe-se que atualmente, cerca de 90% dos gastos em P&D a nível mundial, encontram-se distribuídos entre: EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido.

Os instrumentos de política industrial geralmente utilizados, compreendem desde a participação direta nos gastos em P&D, até a política de compras do Estado (de caráter essencialmente indireto), passando por instrumentos fiscais (como isenções de impostos e taxas especiais de depreciação), e instrumentos financeiros (como empréstimos participativos, empréstimos com menores taxas de juros e maiores prazos de carência e formação de fundos de investimentos). (7).

De modo geral, estes instrumentos atuam ou no sentido de promover investimentos produtivos (visando a elevação da capacidade de produção, a criação de novos empregos ou a introdução de novos produtos e processos), ou no sentido de adaptar as empresas às novas transformações estruturais do progresso técnico (visando a diversificação e modernização da estrutura produtiva, incluindo-se aí a realocação dos recursos produtivos entre os diferentes setores e a coordenação do processo de cooperação, incorporação e fusão de empresas).

Entre as várias experiências concretas de reestruturação, verificam-se diferentes formas de atuação estatal, que variam basicamente "(...) segundo a tradição de intervenção do Estado na economia e as posições político-ideológicas envolvidas, e segundo as restrições macroeconômicas e as necessidades de reestruturação específicas de cada país." (8). Genéricamente, as várias experiências de reestruturação vivenciadas pelos países avançados, podem ser divididas segundo as principais estratégias e características, em dois grupos.

O primeiro, corresponde ao das reestruturações de perspectiva liberal - destacando-se a americana e a inglesa - onde se enfatiza a transnacionalização das

7 Em relação aos objetivos da política industrial, os instrumentos financeiros exercem um papel com capacidade de comando maior do que os instrumentos fiscais, devido à sua condição de mobilizar, centralizar e transferir recursos.

8 Suzigan, W. 1989 p. 15.

economias nacionais e a busca dos mercados externos como fontes de dinamismo. Além disso, a modernização e os ganhos de produtividade são concentrados nos setores em que o país detém vantagens comparativas dinâmicas a nível internacional. Cabe ao Estado somente o estabelecimento de condições adequadas para a atuação da iniciativa privada, sem uma participação direta e explícita em políticas de ajustamento estrutural. Os principais instrumentos utilizados neste sentido, são as variáveis macroeconômicas (basicamente cambio e juros).

O segundo grupo, com destaque para Japão, Itália e França, responde a uma perspectiva mais intervencionista, em que o Estado assume explicitamente seu papel como executor de política industrial. Assim, através de ações diretas e específicas, deve coordenar a alocação setorial dos recursos e da renda gerada em torno do progresso técnico. Deve também compatibilizar a gestão macroeconômica com as políticas setoriais e sociais. Esta perspectiva enfatiza ainda o mercado interno como motor dinâmico da reestruturação, defendendo para isso a sua integração e desenvolvimento em termos de capacitação tecnológica.

O processo de reestruturação industrial nos países avançados não se relaciona apenas às políticas industriais e seus elementos. Ele incorpora ainda elementos macroeconômicos que, mais do que influenciá-lo, assumem freqüentemente um papel determinante, onde as políticas macroeconômicas subordinam a si as políticas industriais e os intentos reestruturantes de um modo geral. Estas situações são mais explícitas em momentos de instabilidade da economia internacional, quando, frente aos desequilíbrios macroeconômicos, os países avançados tendem a desacelerar seus intentos reestruturantes para dar lugar a ajustes recessivos em suas economias (exemplos disso são as políticas de "stop and go" dos anos 70, após o primeiro choque do petróleo, ou a recessão mundial no

início dos anos 80, após o segundo choque do petróleo e o choque dos juros internacionais).

Finalmente, deve-se observar que os países que vêm seguindo uma linha de caráter estritamente liberal (seja em relação à estratégia, de reestruturação industrial, seja em relação aos ajustes macroeconômicos), têm apresentado menor êxito do que aqueles que vêm atuando sob uma perspectiva mais intervencionista; principalmente aqueles em que existe maior coordenação e coesão do grande capital (são os casos de Japão e Alemanha).

Centro de Desenvolvimento
Instituto de Economia
UNICAMP

II O BRASIL E A REESTRUTURAÇÃO

1 - Especificidades Brasileiras

Como foi visto na primeira parte deste trabalho, a constituição de um novo padrão de acumulação no sistema capitalista internacional, correspondeu a um processo de grandes transformações produtivas, financeiras, e institucionais que teve seu início em meados dos anos 1970.

Atualmente, pode-se afirmar que este processo já se mostra, se não efetivado, bastante avançado, principalmente do ponto de vista do sistema produtivo. Os novos vetores produtivos apontam para a afirmação das tecnologias de informação intensiva e de automação flexível, implicando na valorização da produção intelectual e na definição de vantagens comparativas dinâmicas. Neste sentido, verifica-se que: a) a abundância e baixos custos de recursos naturais e mão de obra, perdem significado e importância como fatores de competitividade, e b) fortalece-se a tendência à ampliação do hiato tecnológico existente entre os países avançados (inseridos de forma dinâmica no novo paradigma), e as demais economias.

Como consequência destas alterações, observam-se dois movimentos na economia mundial. O primeiro, refere-se à concentração dos fluxos de investimento nos países desenvolvidos. Nota-se uma modificação nas estratégias, tanto dos capitais privados transnacionais, quanto do grupo dos sete (EUA, Canadá, França, Itália, Japão, Inglaterra e Alemanha), no sentido de se constituir uma nova ordem político-econômica internacional, que tende a excluir a África, parte da Ásia, e América do Sul, da

articulação central do sistema. (9). O segundo movimento corresponde às implicações para os países periféricos em termos de: a) perda de competitividade de suas exportações; b) crescente dificuldade de proteção de seus mercados internos e c) progressiva necessidade de importarem tecnologia.

Estas duas ordens de problemas, que envolvem os diversos países em desenvolvimento, vêm-se agravadas pela atual tendência à coformação de blocos econômicos no capitalismo mundial. A organização e articulação seletiva destes grupos, apontam para a criação de novas formas de protecionismos que emergem na condição de "protecionismos inter-blocos". A estes devem se somar as medidas visando a regulamentação das transferências de tecnologia, da propriedade intelectual, e dos serviços de engenharia e financeiros, que ultimamente vêm sendo negociados para serem incluídos no âmbito do GATT.

Do ponto de vista financeiro, observa-se desde o início dos anos 1980, a reordenação e o redimensionamento do mercado de crédito internacional. Como se sabe, a instabilidade e o crescimento limitado das economias avançadas (Tabela I), juntamente com a elevada liquidez na economia mundial, verificados a partir do primeiro choque do petróleo, forneceram aos países em desenvolvimento boas oportunidades de financiamento para intensificação de seu processo de industrialização (10).

9 Esta exclusão tende a ser agravada pelas recentes transformações geopolíticas que estão ocorrendo no Leste Europeu. A abertura e integração destas economias ao sistema capitalista mundial exigirá necessariamente grandes aportes de capitais internacionais, o que deverá competir com os investimentos destinados a outras partes do globo.

10 Este processo também foi facilitado pela ampla disponibilidade de tecnologia e equipamentos na economia internacional, dado "o esgotamento dos paradigmas tecnológicos característicos da segunda revolução industrial, bem como o excesso de capacidade instalada em vários ramos da indústria pesada nas economias avançadas". In Canuto S. F., O. - 1991 - p.116.

A diversificação e integração dos parques industriais, no sentido da complementação da estrutura produtiva destes países (onde se destacam os de "industrialização recente" - NIC'S - latino-americanos e asiáticos), foram financiados por empréstimos externos a taxas de juros reais bastante reduzidas (Tabela II), (quando não negativas) neste mercado.

Ao fim da década, a tentativa por parte dos EUA de retomada da sua hegemonia na determinação dos fluxos comerciais e financeiros internacionais (a partir da valorização do dólar (Tabela III), e elevação das taxas de juros no mercado americano, basicamente), implicou em importantes transformações no sistema monetário mundial. Dentre estas transformações, a "explosão" das taxas de juros (Tabela IV), e o enrijecimento dos esquemas de reciclagem das dívidas externas internacionais (sustentados em refinanciamentos sucessivos), foram suficientes para induzir os países em desenvolvimento a enfrentar enormes desequilíbrios financeiros e produtivos em suas economias. (Tabela V, VI e VII).

Em 1982, à moratória da dívida externa mexicana, correspondeu a interrupção dos fluxos de financiamento no mercado de crédito internacional. Mais do que um marco no processo denominado de "Crise da Dívida Externa", este fato significou o "sepultamento" do padrão de financiamento internacional que havia vigorado na década de 1970.

Neste novo contexto da economia internacional, o Brasil apresenta-se de forma ambígua. De um lado, ele praticamente completou sua estrutura industrial, apresentando um sistema produtivo bastante diversificado, razoavelmente integrado, denso e complexo (11), (o que lhe permite uma comparação com países avançados como

11 Em 1980, a produção nacional já atendia a aproximadamente 85% da demanda interna de produtos das indústrias mecânica e de material elétrico e de

Espanha, Itália e França). De outro lado, porém, o país apresenta diversos problemas estruturais do ponto de vista não apenas econômico, mas também social, político e cultural.

Estes vêm se impondo como importantes restrições ao desenvolvimento de um novo ciclo expansivo na economia brasileira, onde através de transformações quantitativas e qualitativas, possibilite sua inserção de forma dinâmica e não subalterna na nova ordem mundial que se configura.

Esta ambigüidade pode ser explicada em grande medida, pelo processo de substituição de importações implementado no país desde o pós-guerra (quando aqui se iniciou a internalização das indústrias da segunda revolução industrial), até o final da década de 1970 (quando o mesmo encerrou-se, devido ao próprio esgotamento (12), e às transformações na economia mundial dantes assinaladas). Três "focos" principais de problemas podem ser identificados neste processo.

O primeiro refere-se como aponta Maria da Conceição Tavares, (13), às "(...) questões da articulação interindustrial que resulta no transplante de técnicas avançadas - originadas em estruturas desenvolvidas - sobre a própria base industrial, constituída através de um processo de industrialização tardia e periférica." O que gera problemas de articulação micro x macro entre o tamanho das plantas e a dimensão econômica dos novos setores, de base técnica incompleta e de desproporções setoriais, onde "(...) o setor de bens de capital não tem dimensões nem base teórica adequadas para responder aos requerimentos endógenos da nova etapa de industrialização. Tudo isto dá

comunicações, e mais de 90% das indústrias química e de material de transporte. (Ver também Tabelas VIII, IX, X e XI).

12 O coeficiente de importações industriais brasileiro, em 1974 apresentava-se em torno de 11%, para chegar a aproximadamente 6,6% em 1980 e 4,6% em 1987, após um mínimo de cerca de 3,4% em 1985 (Tabela XII).

13 Tavares, M. C. - 1986 - p.2.

lugar a um processo de crescimento com fortes desequilíbrios intersetoriais e com marcadas descontinuidades do ciclo de expansão" (14).

A questão da base técnica merece ser vista de forma mais aprofundada, dada a problemática dos expressivos hiatos verificados entre a base tecnológica interna e a fronteira tecnológica interna, bem como entre esta e a fronteira tecnológica externa (15). Mais do que dificuldades resultantes da transferência aos países centrais dos efeitos dinâmicos desencadeados a partir das diferentes formas de progresso técnico, a defasagem e a dependência tecnológica, impõem limites a um eventual "alinhamento automático" entre as políticas econômica e tecnológica, e tecnológica e industrial, tal como se observa nas economias avançadas. Ao contrário destes países, onde existe, além do estreito contato entre a base e as fronteiras tecnológicas, uma relação íntima entre o ritmo das inovações e a estratégia, de crescimento das firmas (e em última instância o processo de concorrência), os países de industrialização tardia ressentem-se de uma coordenação mais harmoniosa entre as decisões de produzir e investir em capacitação tecnológica.

Neste ponto, emerge o que se constitui como o segundo foco de problemas, verificado no processo de substituição de importações. Caracterizado por um protecionismo exacerbado e indiscriminado, bem como desvinculado de uma estratégia, fundamentada de desenvolvimento científico e tecnológico, o processo de industrialização verificado neste período, deixou que se perpetuassem ineficiências produtivas em diversas áreas, (o que tende a reforçar as heterogeneidades inter e intra industriais).

14 Idem, *ibidem*, p.2

15 Segundo a tipologia usada por Fábio Celso M. S. Guimarães, base tecnológica interna constitui o conjunto de tecnologias efetivamente dominadas, que demonstram capacidade de inovação em determinada economia. Fronteira tecnológica constitui o conjunto de tecnologias efetivamente em uso, quando interna, é própria do país em questão; quando externa, refere-se aos países desenvolvidos líderes. Em Guimarães M. S., F. C. - 1986 - p.p.22-23.

Mais do que isso, este protecionismo generalizado e disfuncional, juntamente com os diversos tipos de incentivos fiscais e financeiros - de caráter pouco seletivo - distribuídos pelo governo, aliados aos baixos níveis salariais (verificados a partir de meados da década de 1960), tenderam a desestimular a busca por ganhos de produtividade nos diversos processos produtivos, gerando uma certa "mentalidade protecionista" amplamente pulverizada nos vários setores de nossa economia.

Esta situação estendeu-se de forma semelhante, também aos setores exportadores, dado o caráter "espúrio" de nossa competitividade internacional, determinada por vantagens comparativas tradicionais, incentivos, subsídios, isenções, e manipulações nas taxas de câmbio.

Desta forma eram obtidas pelas empresas elevadas margens de lucro, que não eram destinadas a investimentos produtivos, no sentido de ao se elevar a produtividade, reduzirem-se os custos de produção. Com isso verificou-se que "eventuais pressões de custo - incluindo salários - tenderam sempre a ser respondidas com o modo fácil de elevação de preços." (16). O que por sua vez, só se fez possível em uma economia bastante fechada, com um coeficiente de importações decrescente, e inferior a 10% já a partir de meados dos anos 1970.

Quanto ao terceiro foco de problemas, este situa-se na organização do mercado interno brasileiro. A má distribuição de renda (onde aproximadamente 50% da renda é apropriada por uma parcela de apenas 10% da população), sustentada na progressiva compressão de salários reais, é uma questão que vai além dos fenômenos de exclusão, segmentação e marginalização, que regem os mercados de trabalho rural e urbano. Vai além também, num outro plano, dos desestímulos aos ganhos de

produtividade discutidos anteriormente. A questão central enfim, assenta-se na debilidade dos mecanismos de propagação do crescimento, devido aos reduzidos efeitos multiplicadores resultantes da inexistência de um mercado de consumo de massa no país.

Em uma estrutura industrial, onde o setor de bens de consumo não duráveis ainda responde por cerca de 40% da produção, e onde este exerce, historicamente papel fundamental como alicerce de apoio e/ou sustentação dos ciclos expansivos do período de industrialização recente, a manutenção de uma base de mercado restrita, mais do que um "lapso", constitui um entrave a qualquer política que tenha como objetivo o desenvolvimento econômico do país. (Independentemente da questão do desenvolvimento sócio-cultural onde tal fato é ainda mais evidente).

Porém neste ponto, deve-se observar que tanto a produção agrícola, quanto a industrial (e ambas interligadas), não demonstram estar suficientemente estruturadas para uma eventual ampliação e massificação do mercado de consumo (a experiência de 1986 parece ter dado alguma indicação a este respeito), o que suscita novamente a problemática das desproporções inter e intra industriais presentes em nossa economia.

Por fim, faz-se necessária uma breve consideração a respeito do esgotamento fiscal e financeiro do Estado brasileiro. Esta questão ganha vulto quando se tem em mente: a) a necessidade de se constituir um novo padrão de acumulação em nossa economia, e a correspondência imediata deste com um padrão de financiamento capaz de lhe dar suporte, e b) a crescente distorção do sistema de financiamento no país e a incapacidade do setor privado de por si só, resolver esta questão (dados os enormes ajustes que devem ser feitos tendo como contra-partida uma conjuntura de expectativas bastante desfavorável).

A atual crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, conformou-se através de um processo que teve seu início ainda na primeira metade da década de 1970, a partir da implantação do II PND. Para exercer a função de "liderança" no período de industrialização conhecido como de "marcha forçada" de nossa economia (que também corresponde à última etapa do processo de substituição de importações), o Estado serviu-se basicamente do endividamento externo (conforme já assinalado).

A expansão crescente deste endividamento, juntamente com a contínua elevação da participação estatal no total da dívida externa do país (Tabela XIII), (acicatada pelo processo de estatização da mesma, principalmente a partir de 1979), foram determinantes para impor ao setor público um pesado ajuste patrimonial no início dos anos 1980, quando se esgota o padrão de financiamento internacional que vinha sustentando este endividamento.

A necessidade "imediate" de se gerar ao menos as divisas para o pagamento do serviço desta dívida (Tabela XIV), atuou no sentido de agravar os desequilíbrios fiscais e financeiros das contas públicas em virtude das maxidesvalorizações cambiais de 1979 e 1983, dos subsídios e incentivos às exportações e da elevação das taxas de juros internos, que tinham como objetivo último, a geração de imensos superávits comerciais no Balanço de Pagamentos.

Porém, devido ao caráter ter privado destes superávits, este processo limitou-se por se traduzir "(...) na substituição parcial da dívida pública externa pela dívida pública interna, posto que apesar do reduzido investimento público, o governo não gerou os superávits fiscais nas quantidades necessária para a compra das divisas". (17). E ainda nas palavras de Otaviano Canuto dos Santos Filho: "O resultado deste processo

foi, ao longo dos anos oitenta, um "círculo vicioso" onde se realimentaram: (i) De um lado, a deterioração do aparato produtivo estatal, sem que isso impedisse o debilitamento das condições de refinanciamento da dívida pública; (ii) De outro, com exceção de alguns casos de orientação exportadora, os investimentos produtivos do setor privado foram mantidos em níveis mínimos, com este preferindo manter sua riqueza sob a forma de ativos líquidos (entre eles os títulos da dívida pública)". (18).

Desta forma, imersa nesta conjuntura de instabilidade e estagnação, e submetida novamente ao estrangulamento externo, a política econômica do governo desenvolvida na última década, orientou-se basicamente por preocupações de curto prazo, estando desvinculada de qualquer perspectiva de transformação estrutural - de longo prazo -onde se situa por sua vez, a política industrial e tecnológica.

A recuperação fiscal, financeira, monetária e institucional do Estado Brasileiro, capacitando-o para atuar no sentido da reconstrução de um novo padrão de financiamento em nossa economia, tornam-se requisitos preliminares para se desenvolver com sucesso, uma política industrial e tecnológica no país.

Esta política por seu turno, não poder ignorar os diversos problemas de caráter ter estrutural enfrentados por nossa economia. Esta constatação que se estende aos demais países da América Latina, mostra-se bem sintetizada nas palavras de Fernando Fajnzylber, (19) "(...) Na América Latina, o que em alguns países se denomina "Política Industrial" constitui um dos componentes de uma estratégia, de desenvolvimento em que as vinculações intersetoriais (prioritariamente agricultura-indústria), o desenvolvimento empresarial nacional, o sistema educativo e a infra-estrutura tecnológica (empresas líderes e PME), a crescente vinculação entre mercado interno e externo e a

18 Idem. *ibidem.* . p.118.

19 Fajnzylber, F. - 1987 - p.p.10-11.

compatibilização entre distribuição de renda, padrão de consumo e ritmo de investimento, desempenham um papel crucial."

2. Algumas Propostas

Nos capítulos anteriores, buscou-se de um lado, identificar e qualificar o processo de reestruturação Industrial que vem ocorrendo nos países avançados, e de outro lado, intentou-se situar o Brasil nesta discussão a partir do reconhecimento das imposições lançadas ao país seja pelo novo padrão de acumulação que se consolida na economia internacional, seja pelas próprias especificidades e particularidades brasileiras.

Sabendo-se que a forma pela qual a reestruturação será (ou não) desenvolvida no país, depende não destas imposições em si, mas da maneira pela qual elas serão encaradas (determinando a estratégia, de reestruturação a ser seguida), pretende-se neste capítulo fazer algumas considerações a respeito de três propostas mais gerais de reestruturação industrial colocadas ao país. Procurou-se trazer à discussão propostas que representassem uma visão ampla do processo de reestruturação, em que figurassem não apenas linhas de ação específicas ou isoladas, mas uma estratégia, bem definida e articulada, em que esta estivesse vinculada à constituição de um novo padrão de crescimento e desenvolvimento a ser seguido por nossa economia.

2.1. Proposta do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB

A proposta parte do diagnóstico das transformações na economia mundial motivadas pela emergência do novo paradigma tecnológico, situando a introdução de novos produtos e processos, na informática, micro-eletrônica, mecânica de precisão,

química fina, engenharia genética, novos materiais e biotecnologia, além das inovações na organização do trabalho dentro das empresas e entre as mesmas, determinando por fim a definição de vantagens comparativas dinâmicas e a tendência à elevação da dependência tecnológica e exacerbação das formas protecionistas.

Em seguida, são destacados os principais aspectos de nossa economia a ser privilegiados pela estratégia de reestruturação defendida. O primeiro, refere-se à crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro, relacionando-a à diminuição dos recursos tributários disponíveis (ressaltam a queda da poupança corrente do governo de 6% do PIB em 1970 para -2% em 1988), e à elevação dos subsídios e principalmente, dos juros referentes às dívidas interna e externa, o PSDB propõe:

a) recuperação dos recursos tributários a partir de um ajuste fiscal que necessariamente, passa pelo controle da inflação (segundo aspecto a ser privilegiado), e pela austeridade na política de incentivos e subsídios a qual "(...) corresponderá idêntica atitude com relação aos cortes de gastos supérfluos e desperdícios no setor público, bem como de subsídios creditícios" (20);

b) imposição de uma nova forma de financiamento da dívida interna alongando os prazos das amortizações e diminuindo os juros a serem pagos (em 1988 estes chegaram a um valor superior a 5% do PIB), onde se acrescenta: "(...) a questão não está no montante da dívida, mas na forma de financiá-la" (21), e

c) ao identificar o processo de substituição da dívida externa pela dívida interna, bem como o fato de que: "Os acordos firmados em 1988 aumentaram as transferências de recursos para o exterior, sem novos financiamentos de monta e com a

20 Partido da Social Democracia Brasileira - 1989 - p.14.

21 Idem, ibidem, p.13.

tentativa custosa de "ajustamentos" internos que não produzem os resultados esperados por causa da dívida externa." (22), o PSDB propõe o enfrentamento desta dívida a partir de dois parâmetros: "(...) a fixação da carga suportável, como percentagem das exportações, para que o serviço da dívida e a amortização do principal não impeçam os investimentos necessários para o crescimento da economia a níveis aproximados de sua taxa histórica e a sinalização sobre o valor da dívida que o chamado "mercado secundário" apresenta. Nas condições de hoje, a redução da dívida seria de mais de 50% de seu valor nominal" (23).

A resolução da questão da crise financeira, enfim, é vista como imprescindível para a superação da crise econômica. O segundo aspecto refere-se à inflação e a partir dela, à incerteza, à diminuição das receitas fiscais e às políticas recessivas adotadas no país, determinando a queda dos investimentos, do emprego, dos salários e das taxas de crescimento de um modo geral.

A proposta de política de estabilização (que passa pela resolução da crise financeira do Estado), visando o rompimento deste círculo vicioso que vem se impondo sobre a economia brasileira desde o início da década de 1980, desenvolve-se de maneira articulada com as políticas agrícola e tecnológica e industrial, combatendo os estrangulamentos, descontinuidades e pressões de custo presentes em nossa estrutura produtiva.

O terceiro aspecto, corresponde à necessidade de desenvolvimento tecnológico e inserção internacional de nossa economia "(...) em vista da revolução tecnológica em curso no cenário internacional e das exigências da sociedade

22 *Idem, ibidem, p.15.*

23 *Idem, ibidem, p.15-16.*

brasileira"(24). As propostas defendidas para se alcançar estes objetivos, admitem uma atuação direta do Estado, no sentido de: a) abertura seletiva e progressiva de nossa economia; b) reforço da infra-estrutura de ciência e tecnologia; c) desenvolvimento de um programa de capacitação tecnológica, a partir da noção de complexos industriais, e d) fortalecimento da posição externa visando a disponibilidade de divisas de exportações para serem utilizadas em prol dos programas de capacitação tecnológica e/ou de estabilização da economia.

Caminhando de forma interligada com esta política de modernização, apresenta-se a questão do fortalecimento do mercado interno, dada a sua importância para através do reforço aos investimentos, garantir um crescimento auto-sustentado na economia. Neste sentido são propostas ainda no âmbito da política industrial e tecnológica: a) estímulo às atividades intensivas em mão-de-obra; b) incentivo à elevação da oferta de alimentos e diminuição de seus preços; c) seguindo os critérios acima, dar atenção especial aos setores de bens básicos de consumo, construção civil e transportes coletivos urbanos; e d) política de redistribuição de rendas através de um sistema tributário progressivo, do resgate da dívida social por parte do Estado, e da elevação dos salários reais da economia, conseguidos a partir da modernização tecnológica e da capacitação de mão-de-obra.

Enfim, a partir destas propostas acredita-se que: "(...) a dicotomia mercado interno com distribuição de renda mercado externo a base de mão-de-obra barata perde vigência e deve dar lugar a um estilo de desenvolvimento que supõe abertura externa e crescimento do mercado interno, a base de investimentos que gerem renda e emprego com salários crescentes." (25).

24 Idem, *ibidem*, p.16.

25 Idem, *ibidem*, p.16.

2.2. Proposta do Partido dos Trabalhadores - PT

Também partindo do diagnóstico a respeito das transformações na base técnica e organizacional, bem como dos ajustamentos estruturais e institucionais observados no capitalismo mundial, esta proposta se mostra ao mesmo tempo mais ampla e aprofundada que a anterior, ao introduzir questões novas, como: a) as discussões a respeito das diferentes estratégias de reestruturação adotadas pelos países avançados; b) o mapeamento detalhado e a análise das tendências dos principais eixos onde vêm se processando as transformações da produção a nível mundial, e c) identificação do processo de redefinição da concorrência inter capitalista internacional, tanto ao nível das empresas, quanto dos Estados Nacionais no sentido de se constituir uma nova divisão internacional do trabalho.

Ao situar a economia brasileira nesta nova ordem mundial, a proposta de início identifica o potencial econômico do país (dado por uma indústria madura e em alguns setores, competitiva), contrapondo-o ao atraso de nossa organização econômica e social. Ou nas palavras do próprio texto (26), " A constatação fundamental é a de que o Brasil constitui uma estrutura produtiva, complexa e diversificada, sem uma correspondente e adequada modificação nas relações entre o capital e o trabalho. Disto resultando uma estrutura de oferta compatível com um modelo econômico concentrador de renda. Cabe portanto, mudar esta estrutura de forma a torná-la adequada a um padrão de consumo que garanta o atendimento das necessidades básicas de alimentação, vestuário, saúde e educação, ao conjunto da população."

Partindo desta constatação e buscando uma inserção dinâmica na economia internacional, se defende como hipótese central que "(...) a melhoria das condições de vida do povo brasileiro e o aumento da competitividade internacional serão alcançados como consequência de alterações na relação salários/excedente, em favor dos primeiros, e, logo, com a dinamização do mercado interno. A competitividade internacional passa a ser uma resultante do fortalecimento do mercado interno, sem prejudicar os requisitos fundamentais de seu dinamismo." (27).

O caminho para a obtenção de resultados positivos quanto a estes objetivos, no sentido de se definir um modelo de crescimento econômico com distribuição de renda no país, passa necessariamente pelo cumprimento de três pré-requisitos básicos:

i) recuperação a curto prazo, da capacidade de gestão monetária e institucional por parte do Estado Brasileiro. Esta recuperação se faz necessária para que o Estado readquira o controle e a autonomia em relação a política econômica, e assim passe a exercer sua "(...) função regulamentária das ações dos agentes econômicos no sentido de promover o pleno emprego, reestruturar o sistema produtivo e participar da distribuição do excedente gerado" (28). Para isto são propostos:

a) a "desprivatização do Estado" (ou seja, a redefinição dos incentivos fiscais, subsídios e tarifas, bem como das políticas de juros, câmbio e crédito no sentido de não se atrelar a política econômica de um modo geral, a interesses particulares);

b) uma reforma administrativa visando maior eficiência e equidade por parte do setor público, acompanhada da privatização do núcleo não estratégico, do setor produtivo estatal;

27 Idem, *ibidem*, p.1.

28 Idem, *ibidem*, p.12.

c) o alongamento do perfil da dívida mobiliária federal, quebrando a "ciranda financeira" de curto prazo, onde se identificam enormes transferências do Estado ao setor privado, seja através da "substituição" da dívida externa pela dívida interna, seja através do próprio refinanciamento desta última, pressionando para a elevação crescente das taxas de juros e para o progressivo endividamento do setor público;

d) a suspensão e redefinição do perfil da dívida externa, no sentido de se alongar o período de amortização, redefinir os juros e "spreads" e considerar-se o "valor de mercado" dos títulos desta dívida, dando folga à política econômica tanto a partir do alívio ao processo de endividamento interno, quanto através da flexibilidade dada ao balanço de pagamentos, permitindo que se executem importações estratégicas, e/ou reguladoras; e

e) a reordenação do sistema financeiro a partir da especificação do papel das empresas financeiras e não financeiras e sua articulação com o setor produtivo e financeiro estatal), e redefinição dos objetivos e funções dos bancos públicos "(...) dotando o Estado de capacidade para financiar o novo ciclo de crescimento e as políticas sociais."(29).

ii) Melhora da distribuição funcional da renda a partir de um aumento do emprego e dos salários reais. Com isto, se objetiva de um lado, a elevação do nível de vida da população brasileira, e de outro, a constituição de um modelo de crescimento em que a distribuição da renda eleva a média da propensão do sistema ao consumo, elevando o efeito multiplicador e por fim, estimulando a atividade econômica, onde: "Em última instância, desde que mantido o investimento (público e privado), o aumento da parcela de remuneração do trabalho, que foi muito comprimida ao longo das últimas

décadas, não afeta significativamente, o volume dos lucros gerados, podendo inclusive fazê-los crescer" (30). E ainda: "Políticas recessivas e arrocho salarial, não importa sob que pretextos tendem a ser justificados, só fazem lançar para um futuro mais longínquo a possibilidade de realização destes objetivos" (31). Desta forma são propostos:

a) a elevação dos salários reais a partir da elevação do piso salarial, investimentos em infra-estrutura social e redução dos preços relativos dos bens essenciais (destacando-se aí a importância das políticas agrícola, tecnológica e industrial);

b) retomada dos investimentos produtivos (gerando emprego e renda), motivados pela recuperação do "estado de confiança dos negócios", dada pela retomada dos investimentos públicos e pelo controle da inflação (beneficiando também a sustentação dos níveis salariais). A proposta do PT ressalta ainda a necessidade "(...)" do empresariado assumir um papel social contemporâneo na história do Brasil "(...)" discutindo assim, a introdução de novas técnicas em consonância com a introdução de incentivos e novos padrões de remuneração, criando novas formas de organização e de gestão, e métodos de produção mais eficientes." (32).

iii) Desenvolvimento de uma Política Industrial e Tecnológica. Esta política teria como objetivo: "(...) o aumento dos níveis de eficiência e produtividade da indústria nacional de modo a possibilitar a elevação do nível de remuneração do trabalho na indústria e a redução do preço relativo dos bens essenciais" (33); objetivaria ainda a preservação e disseminação das atividades intensivas em conhecimento, dado seu caráter estratégico, para a competitividade internacional e riqueza social. Para isto são propostos:

30 Idem. *ibidem*. p.17.

31 Idem. *ibidem*. p.16.

32 Idem. *ibidem*. p.18.

33 Idem. *ibidem*. p.18.

a) Política de capacitação tecnológica em que figuram incentivos às atividades de P & D, a novas técnicas de gerenciamento e a investimentos em novos equipamentos, apoio a programas de qualificação e retreinamento da força de trabalho e reforço aos investimentos em ciência e tecnologia e educação básica;

b) Política de enfrentamento do atraso e heterogeneidade da indústria brasileira, seguindo a taxionomia abaixo: b.1) para os setores competitivos: receita liberal, porém atenta para que se assegure o repasse dos ganhos de produtividade aos preços e salários; b.2) para os setores ineficientes, seleção das indústrias "estratégicas" a receberem incentivos e proteção (condicionados ao cumprimento de metas específicas num determinado prazo e sujeitos a revisões constantes), para que alcancem a modernização. São identificadas as indústrias: que empregam direta e indiretamente, maior número de pessoas; que produzem bens com maior peso no consumo dos assalariados, (possibilitando também a autonomia do país em relação aos mesmos); que são capazes de induzir aumentos de produtividade (para frente e para trás), nos demais segmentos da economia. As indústrias não prioritárias ou com problemas de escala, seriam expostas aos incentivos dados pelos mecanismos de mercado, sendo eventualmente complementadas pela política de importação.

Por fim, a proposta em questão, considera que a busca da automatização e o incentivo às indústrias de ponta devem levar em consideração a especificidade dos complexos e setores industriais brasileiros, as condições sócio-econômicas vigentes, bem como os interesses estratégicos do país, que se mostram distantes da realidade dos países avançados onde se apresentam "(...) a saturação do consumo de bens duráveis, o custo elevado representado pelos salários e a escassez de recursos naturais" (34).

2.3. A Proposta de integração Competitiva

Esta proposta, formulada pela área de planejamento e pelo departamento de planejamento do BNDES em fins de 1989, parte da identificação de quatro processos que nos anos 1980 "(...) vieram alterar profundamente as condições em que opera e se desenvolve a economia brasileira." (35) são eles: 1) esgotamento do processo de substituição de importações, onde "(...) já não há mais setores na economia que, ao serem alvo de ação para internalizar a produção, tenham capacidade para alavancar a demanda dos demais setores produtivos do país, suficiente para determinar um novo ciclo de crescimento (36); 2) definição de um novo paradigma tecnológico na economia internacional, determinando um processo de reestruturação industrial "(...) cuja dimensão atinge os processos produtivos, a organização e geografia industrial e as formas de gerenciamento da produção" (37); 3) instabilização e desequilíbrio macroeconômico da economia brasileira, motivados pela aceleração inflacionária e pela crise financeira do setor público, identificando-se entre estas, uma relação de simbiose; 4) redemocratização da vida política no país, passando-se a uma situação onde, dadas as profundas desigualdades sociais existentes, o exercício da livre cidadania pressiona fortemente na direção da redistribuição de renda" (38).

A partir do reconhecimento destas transformações faz-se necessário revisar os princípios básicos que vêm ordenando o desenvolvimento da economia brasileira, no sentido de se constituir um novo modelo de crescimento e inserção internacional para o país. É proposta então, a integração competitiva, como "(...) uma estratégia, que visa à

35 BNDES - 1989 - p.2.

36 Idem, ibidem, p.2.

37 Idem, ibidem, p.3.

38 Idem, ibidem, p.5.

continuidade do processo de industrialização, à valorização do espaço econômico brasileiro e a superação de relações internacionais subalternas. Esta estratégia, requer, além da estabilização macroeconômica, uma nova política industrial, a reestruturação do Estado e de sua relação com o setor privado, e o enfrentamento da questão das desigualdades sociais." (39). Assim temos:

i) estabilização macroeconômica e a reestruturação do Estado e de suas relações com o setor privado. Como já assinalado, são identificados como causas da instabilidade, a aceleração inflacionária (que por sua vez, seria determinada por choques de oferta em uma economia indexada, financiamento inflacionário do governo, constantes alterações de preços relativos e conflito distributivo de nossa sociedade), e a crise das finanças públicas (que teria a sua origem nos endividamentos externo e interno, nas transferências desmesuradas ao setor privado, e nas despesas improdutivas do aparelho de Estado).

A soma destes fatores, reforçada pela constatação do esgotamento do processo de substituição de importações (responsável pela constituição de uma estrutura industrial complexa e ao mesmo tempo, ineficiente e atrasada no país), exigem uma reorientação da atuação que vem sendo desenvolvida por parte do Estado brasileiro, devendo esta passar a pautar-se pela:

a) progressiva desmontagem dos mecanismos que perpetuam a ineficiência na economia brasileira;

b) abertura seletiva de nosso mercado eliminando controles qualitativos e dando lugar a uma política tarifária para importações (como se verá detalhadamente mais adiante);

c) apoio ao desenvolvimento científico e ao aprimoramento tecnológico da indústria nacional, e

d) programa de privatização, onde se libere os recursos do Estado para serem investidos na área social em lugar dos investimentos no sistema produtivo, ficando estes a cargo do setor privado. Desta forma, ver-se-ia mobilizada produtivamente a elevada poupança financeira deste último, determinando uma situação em que: "(...) os investimentos privados devem ocupar o espaço do investimento público como elemento dinâmico de um novo ciclo de crescimento." (40).

ii) A nova Política Industrial. De início, observam-se três deficiências básicas da estrutura industrial do país, que vêm a ser: sua heterogeneidade, sua elevada autarcização e proteção (gerando uma certa "inércia, corporativista" em nossa sociedade), e sua segmentação em termos de produção para o mercado interno e produção para o mercado externo.

A partir disso, e assumindo que: "(...) o objetivo principal é obter ganhos de produtividade na estrutura produtiva, e perseguir padrões internacionais de preço e qualidade para a produção nacional" (41), a nova política industrial proposta sublinha que: "em lugar de se orientar unicamente pelo mercado interno, os novos projetos deverão ser concebidos de modo a atenderem igualmente segmentos relevantes do mercado internacional" (42). Além disso, e como complemento, deve-se expor progressivamente a estrutura industrial brasileira à competição internacional, visando à sua dinamização, e em consequência desta, a melhora dos níveis de eficiência e competitividade de nossa indústria.

40 Idem. *ibidem*. p.7.

41 Idem. *ibidem*. p.12.

42 Idem. *ibidem*. p.12.

Neste sentido os instrumentos de política industrial propostos, devem apresentar "(...) a) enfoque global e integrado dos setores produtivos ("complexo"); b) seletividade na política de apoio e promoção dos investimentos; c) flexibilização seletiva do grau de exposição do mercado interno à concorrência internacional." (43). Por último, a proposta argumenta que: "a política industrial deve utilizar os mecanismos de mercado em favor do desenvolvimento e modernização do conjunto da economia, mantendo a intervenção estatal quando necessária no sentido de induzir e potencializar este processo, e nunca para proteger ineficiências cristalizadas e interesses corporativos." (44).

iii) O Enfrentamento das Desigualdades Sociais. Inicialmente é feito um diagnóstico a respeito da diminuição dos salários reais ao longo das três últimas décadas como consequência basicamente: do elevado grau de oligopolização e proteção da economia, da rápida imigração campo-cidade, das deficiências dos serviços sociais e públicos, e de forma mais restrita aos anos oitenta, da aceleração da inflação e da redução das taxas de crescimento da economia.

Com base neste diagnóstico, é novamente proposta como medida de curto prazo, a estabilização macroeconômica, dado que o controle da inflação é tido como um aspecto preliminar para se alcançar a melhora das condições de vida da população de um modo geral. Já a médio e longo prazo, tendo-se como meta o crescimento continuado dos salários reais e a melhora da distribuição de renda no país, a retomada do crescimento econômico emerge como ponto central, visto que: "Se não há crescimento econômico suficiente para gerar um crescimento da demanda de emprego em ritmo mais rápido que a

43 Idem, *ibidem*, p.14.

44 Idem, *ibidem*, p.18.

oferta de mão-de-obra, a tendência é um achatamento dos salários e deterioração da distribuição de renda". (45).

Esta dinâmica de crescimento econômico demandante de mão-de-obra e com crescimento dos salários reais, mostra-se por seu turno, vinculada à obtenção de ganhos de produtividade de forma continuada em nossa economia. Estes, como se demonstrou, seriam alcançados tanto a partir da progressiva abertura e integração internacional de nossa economia, quanto a partir de uma política bem definida de capacitação tecnológica, ambas como parte de uma estratégia, mais ampla de industrialização, defendida pela proposta de integração competitiva.

CONCLUSÃO

Não é objetivo desta conclusão selecionar dentre as três propostas analisadas, aquela que seria a mais adequada e eficiente como alternativa para se constituir um novo padrão de acumulação no país. (Uma alternativa que frente a determinadas imposições, pudesse responder às necessidades de inserção internacional e crescimento econômico, permitindo assim a elevação do nível de vida da população de um modo geral.)

Isto porque em primeiro lugar, este exercício exigiria um estudo mais elaborado das alternativas em questão (o que transcende os objetivos preliminares deste trabalho). Ao restringir-se apenas às articulações e instrumentos mais gerais destas propostas (dados inclusive por seus próprios limites), a discussão aqui desenvolvida não tem pretensões de contrapô-las do ponto de vista teórico, de maneira aprofundada.

Em segundo lugar, deve-se observar que tal exercício também estaria confinado a um alcance bastante restrito devido principalmente à imensa gama (não incorporada), das variáveis de ordem política, que determinam um espectro inexoravelmente mais amplo de alternativas e implicações, que igualmente vão além do alcance dos marcos teóricos estabelecidos.

De outro lado porém, frente a uma divergência crucial entre as propostas do PSDB e do PT, em relação à proposta de Integração Competitiva, e dada a experiência prática a que esta última vem sendo submetida no governo Collor, não podemos nos eximir de fazer algumas considerações a este respeito.

A divergência a que se faz referência não se encontra obviamente, nos diagnósticos apresentados por cada proposta. Muito ao contrário pois, conforme foi possível observar, todas elas identificam como pontos fundamentais a serem resolvidos: a) a reestruturação do Estado visando a recuperação de sua capacidade de gestão monetária e institucional da economia (passando pelo problema inflacionário); b) a necessidade de desenvolvimento tecnológico e de inserção internacional de maneira competitiva e não subalterna; e c) a melhora da distribuição de renda no sentido de se equacionar a questão da miséria e das desigualdades sociais do país.

Tampouco esta divergência situa-se nos desdobramentos destes diagnósticos e nos instrumentos de atuação propostos. Onde inclusive pode-se observar que nem a abertura econômica ou a privatização são artificios exclusivos à proposta de Integração Competitiva (mais alinhada à perspectiva liberal de reestruturação), nem o apoio à capacitação tecnológica sustentado na noção de complexos industriais, restringe-se às propostas do PT e PSDB (alinhadas à perspectiva intervencionista).

Tal divergência situa-se enfim, nas estratégias de reestruturação definidas. Enquanto que na proposta de Integração Competitiva a reestruturação industrial e a constituição de um novo padrão de crescimento e desenvolvimento (com elevação dos níveis de emprego e salário), aparecem como resultado da abertura e integração à economia internacional, nas outras duas propostas verifica-se o inverso.

Ou seja, colocada de forma mais enfática pela proposta do PT, esta estratégia divergente sustenta-se no fortalecimento e dinamização do mercado interno (permitindo a melhoria das condições de vida e a capacitação da indústria nacional), para

a partir daí se alcançar a competitividade e a inserção não subalterna na economia mundial (por isso o combate intransigente desta às políticas recessivas e de arrocho salarial, que vêm atuando no sentido de diminuir o consumo, quebrando o efeito multiplicador e a cadeia de auto-alimentação do crescimento econômico).

Afora esta divergência "crucial", verifica-se ainda uma importante diferenciação no que tange ao papel atribuído por cada estratégia ao Estado. Se nas propostas do PT (principalmente), e do PSDB, se mantém o reconhecimento de sua importância fundamental para a promoção e indução de um novo ciclo de crescimento para o país, na proposta de Integração Competitiva tal responsabilidade é remetida primordialmente aos investimentos privados, destacados como elemento dinâmico deste novo ciclo de expansão.

Com relação à experiência prática por que passa esta estratégia de Integração Competitiva, pode-se observar que sua contraposição às propostas do PT e do PSDB vem se evidenciando, conforme avança a administração Collor. Este fato vem se afirmando tanto pelo total desprezo que vem sendo dado à capacidade dinamizadora, potencialmente existente em nosso mercado interno; quanto pela progressiva ausência do Estado como agente financiador, investidor, sinalizador e de modo geral, promotor do desenvolvimento econômico do país. Senão vejamos: mesmo com uma queda estrondosa do PIB de 4,6% em 1990, o coeficiente salários/PIB foi de 0,3 neste mesmo ano (contra 0,5 em 1970). Da mesma forma, a queda da renda per capita no igual período foi de 6,5%. A partir destes e outros indicadores, pode-se concluir apenas que mais do que conivente, o governo Collor vem demonstrando um compromisso com a recessão, com o atraso econômico e com as demais consequências sociais daí resultantes.

De um lado a perseguição compulsiva e cega da estabilização econômica, aliada a um culto sedento e histérico de uma noção abstrata de "modernização", mostram-se crescentemente distantes do imperativo de que a busca da elevação do nível de vida da população é preliminar (e ao mesmo tempo a finalidade última), a qualquer intento de inserção internacional e aumento da eficiência de nossa estrutura produtiva.

De outro lado, a inexistência de reformas estruturais no âmbito produtivo, financeiro e institucional do sistema econômico, vêm atuando no sentido de impossibilitar a reordenação dos papéis referentes ao Estado e à iniciativa privada frente a constituição de um novo padrão de crescimento para o país.

A opção do governo Collor por uma recessão com tamanha intensidade (e que conforme o acordo firmado com o FMI em dezembro de 1991, deverá prolongar-se no mínimo, até 1993), em contraste com a renúncia à implementação de reformas estruturais na economia, vem trazendo implicações desastrosas. Inicialmente, no sentido de esvaziar e/ou fragilizar alguns importantes avanços obtidos pelo próprio governo, a partir do Plano Collor I (como a redução do estoque da dívida mobiliária federal, o fim da zeragem nas operações com títulos da dívida pública e a adoção do regime de câmbio flutuante).

Posteriormente, e de caráter ainda mais crítico, identificam-se as consequências para a própria estratégia de Integração Competitiva, no sentido de comprometer seus principais objetivos.

Primeiro, quanto à estabilização macroeconômica e a reestruturação e recuperação da capacidade de gestão monetária e institucional do Estado. A situação de crise das finanças públicas, bem como o problema inflacionário, vem sendo apenas

postergados, sustentando-se na crescente defasagem da dívida social do setor público e na perpetuação da estagnação econômica e do sacrifício inútil da população.

Segundo, quanto a reestruturação industrial e a forma de inserção internacional de nossa economia. Em uma conjuntura extremamente desfavorável aos investimentos privados, somada à compressão dos investimentos públicos, a adoção de medidas leberalizantes para o câmbio e importações, aliada à política ortodoxa para os juros, vêm atuando como poderosos instrumentos predadores da sobrevivência e desenvolvimento de nosso parque industrial. (A despeito de qualquer programa de incentivo ao seu desenvolvimento).

Por fim, quanto aos objetivos de melhoria da distribuição de renda e de enfrentamento das desigualdades sociais, de onde o governo Collor vem se distanciando vertiginosamente, através de sua política recessiva de controle da inflação que vem se centrando primordialmente na compressão dos salários, e que sequer têm obtido êxito.

Muito além do fracasso ou do caráter "ilusório" (não importa), da estratégia de Integração Competitiva, (seja como alternativa para a resolução dos problemas estruturais, seja como alternativa para a implementação de um novo padrão de acumulação para o país); muito além da própria crítica aos instrumentos de perspectiva liberal utilizados na atual conjuntura de nossa economia; e muito além ainda, da identificação cada vez mais consensual em nossa sociedade, da verdadeira face (perversa) do governo Collor, estão cinco anos de estagnação econômica no país, impondo mais um período de miséria, fome e marginalidade para a maioria da população.

TABELA I

Variação Real do PNB*/PIB
(%)

	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
EUA	5.2	-0.5	-1.3	4.9	4.7	5.3	2.5	-0.2	1.9	-2.5	3.6
Japão	7.9	-1.4	2.7	4.8	5.3	5.2	5.3	4.3	3.7	3.1	3.2
RFA	4.7	0.2	-1.4	5.6	2.7	3.3	4.0	1.5	0.0	-1.0	1.9
Reino Unido	7.3	-1.9	-0.9	2.8	2.3	3.7	2.7	-2.3	-1.2	1.8	3.7
Francia	5.4	3.1	-0.3	4.2	3.2	3.4	3.2	1.6	1.2	2.5	0.7
Italia	7.0	4.1	-3.6	5.9	1.9	2.7	4.9	3.9	1.1	0.2	0.3

Fonte: OECD, Economic Outlook, junho de 1990.

TABELA II

Taxa de Juros Externos (LIBOR) - 1974/78
(% a.a.)

ANO	LIBOR(1) NOMINAL	IPA EUA	DEFLADOR DO PNB-EUA	LIBOR(2) REAL I	LIBOR(3) REAL II
1974	10.41	19.0	8.8	-7.2	1.5
1975	9.81	9.2	9.3	0.6	0.5
1976	7.23	4.6	5.2	2.5	1.9
1977	5.92	6.2	5.8	0.3	0.1
1978	7.52	7.7	7.4	-0.2	0.1
1979	10.72	12.6	8.6	-2.7	2.0

(1) Média das taxas mensais de julho do ano anterior a junho do ano corrente.

(2) Deflacionada pelo IPA dos EUA.

(3) Deflacionada pelo Deflador Implícito do PNB dos EUA.

FONTE: Banco Central, boletim mensal, separata de agosto de 1984.

TABELA III

Taxa de Cambio
(media diaria)

	1980	1981	1982	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Dolar	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
len	226.7	220.6	249.1	237.5	237.6	238.6	168.5	144.6	126.2
Marco	1.817	2.227	2.227	2.553	2.846	2.944	2.172	1.797	1.756
Libra	0.43	0.498	0.573	0.66	0.752	0.779	0.682	0.612	0.562

Fonte: FMI.

TABELA IV

JUROS INTERNACIONAIS (LIBOR)

Media de 6 meses (% a.a.)

Anos	Junho	Dezembro
1979	11.13	13.17
1980	14.41	13.56
1981	16.89	16.65
1982	15.32	11.85
1983	9.51	10.28
1984	11.16	11.26
1985	9.04	8.26
1986	7.45	6.19
1987	6.86	7.76
1988	7.39	8.86

Fonte: Boletim Mensal do Bacen

TABELA V

AMERICA LATINA: BALANCA DE PAGAMENTOS E TRANSFERENCIAS
(Milhoes de Dolares)

	Balanca em conta corrente	Balanca de mercadorias ¹	Utilidades e interesses	Balanca em conta de cred.	transfe- rencias
1978	-18326	-3259	-10182	26143	16000
1979	-19594	271	-13566	29013	15500
1980	-28117	-1390	-17884	29511	11600
1981	-40096	-1706	-27064	37267	10400
1982	-40878	9145	-38671	19837	-18600
1983	-7408	31522	-34185	2998	-31500
1984	-1027	38758	-36050	10303	-26700
1985	-3455	33396	-34773	3306	-32800

1. Inclui somente bens.

Fonte: CEPAL

TABELA VI

AMERICA LATINA: Indicadores da Divida Externa
(em %)

	<u>Divida</u>	<u>I + U</u>	<u>IMK</u>	<u>T</u>	<u>I</u>
	PIB	PIB	PIB	PIB	PIB
1973-1981	33	-2.8	5.4	2.6	22.6
1982-1987	56	-5.2	1.3	-3.9	16.6

U+I = ganhos e utilidades

IMK = entrada liquida de capitais

T = transferencias

I = inversao

Fonte: CEPAL. Panorama Economico da America Latina em 1988.

TABELA VII

DADOS BASICOS SOBRE O ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRASILEIRO

ANO	Divida externa bruta	Reservas Inter-nacionais	Divida externa bruta	Deficit em conta corrente	Juros		Remessa de lucros	Investimentos externos	Servico da divida
					Juros em c. c.	Deficit (5/4)			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) (%)	(7)	(8)	(9)
1978	43511	11895	31616	6998	2696	38.6	564	2512	8122
1979	49904	9689	40215	10742	4106	39.2	636	2212	10713
1980	53847	6913	46934	12886	6311	49.0	310	1923	13013
1981	63247	6906	56347	10600	8700	82.0	-	-	16400

Fonte: Conjuntura Economica e Banco Central.

TABELA VIII

BRASIL - ESTRUTURA DO PRODUTO INDUSTRIAL

1959-1980

Em % do Valor de Transformacao Industrial

SEGMENTOS/GENEROS	1959	1970	1980
1. Metal - Mecanica e Eletrico Eletronica	26.2	30.9	34.8
- Metalurgia	11.5	11.2	11.3
- Mecanica	3.4	6.8	9.9
- Material de Transporte	7.4	7.7	7.4
- Mat. Eletrico e de Comunicacao	3.9	5.2	6.2
2. Quimica (a)	10.0	13.0	16.0
Sub-Total (1+2)	37.0	43.9	50.8
3. Outras Industrias	63.0	56.1	49.2
Total Geral	100.0	100.0	100.0

(a) Inclui produtos farmaceuticos e veterinarios

FONTE: WILBERG & PANARIELLO

TABELA IX

BRASIL: Evolucao do Setor Manufatureiro
(Categorias em uso)

	Estrutura de producao manufatureira (em % a precos constantes de 1970)			Taxas medias de crescimento anual (em %)	
	1949	1970	1980	1968-1973	1974-1980
1. Bens de consumo nao duraveis	72.8	45.0	34.4	9.4	4.5
2. Bens intermediarios	20.4	34.4	37.4	13.5	8.3
3. Bens de consumo duraveis	2.5	9.3	13.5	23.6	7.7
4. Bens de capital	4.3	11.3	14.7	18.1	7.1
Total de manufaturados	100.0	100.0	100.0	13.9	6.8

Fonte: Otaviano Santos F., Padroes de industrializacao recente. Coreia do Sul versus Brasil, Campinas, mimec.

TABELA X

Importacoes Brasileiras por Categoria

Categoria	US\$ milhoes correntes												
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
1. Bens de Consumo	358	464	720	972	826	866	932	1116	1582	1315	989	1002	796
2. Materias-Primas	1273	1565	2560	5580	4350	4057	3909	4532	5954	7059	5739	4664	3521
Cereais	114	132	350	486	372	533	279	702	984	1241	1077	848	905
Insumos Basicos	1045	1291	1993	4664	3595	3140	3202	3286	4160	5010	3796	3048	2141
Outros	114	142	217	438	383	384	426	544	810	808	866	768	475
3. Combustiveis e Lubrificantes	337	469	769	2962	3100	3841	4081	4483	6773	10200	11340	10457	8179
4. Bens de Capital	1239	1734	2142	3119	3934	3619	3101	3552	3775	4381	4023	3272	2505
5. TOTAL	3247	4232	6192	12641	12210	12383	12023	13683	18084	22953	22091	19395	15429

FONTE: Banco Central, Boletim Mensal, Separata de Agosto de 1984 e Relatorio Anual de 1984.

TABELA XI

Importações Brasileiras por Categoria
(Participações %)

Categoria	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
1. Bens de Consumo	11.0	11.0	11.6	7.7	6.8	7.0	7.8	8.1	8.7	5.7	4.5	5.2	5.2
2. Materias-Primas	39.2	37.0	41.4	44.2	35.6	32.8	32.5	33.1	32.9	30.8	26.0	24.0	22.8
Cereais	3.5	3.1	5.7	3.8	3.1	4.3	2.3	5.1	5.4	5.4	4.9	4.4	5.9
Insumos Basicos	32.2	30.5	32.2	36.9	29.5	25.4	26.6	24.0	23.0	21.8	17.2	15.7	13.8
Outros	3.5	3.4	3.5	3.5	3.1	3.1	3.6	4.0	4.5	3.5	3.9	3.9	3.1
3. Combustiveis e Lubrificantes	11.6	11.1	12.4	23.4	25.4	31.0	33.9	32.8	37.5	44.4	51.3	53.9	55.8
4. Bens de Capital	38.2	40.9	34.6	24.7	32.2	29.2	25.8	26.0	20.9	19.1	18.2	16.9	16.2
5. TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: Tabela 14.

TABELA XII

BRASIL - COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS

IMPORTAÇÃO/CONSUMO APARENTE

(a preços de 1980)

GENEROS	1980	1985	1987
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	6.6	3.4	4.6
Minerais não-metálicos	1.7	0.8	1.3
Metalurgia	6.2	2.0	2.7
Mecânica	15.2	7.4	10.6
Mat. Elétrico e de Comunicação	12.4	8.9	10.4
Material de Transporte	7.3	5.8	10.3
Papel e Papelão	4.1	1.7	2.5
Borracha	5.1	2.7	3.6
Química	8.8	4.0	5.2
Prod. Farmacêuticos e Veterinário	8.4	4.8	8.2
Textil	0.5	0.3	0.8
Vestuário, Calçados	0.2	3.7	0.2
Produtos Alimentares	6.6	3.2	5.0

FONTE: Nota sobre o Grau de Abertura ao Exterior na Indústria de Transformação. Sandra Lerda da CIT/IPLAN (1988).

T A B E L A XIII

DIVIDA EXTERNA

Saldos em US\$ milhoes

DATA	PUBLICA	PRIVADA	TOTAL
1982-Dez	47402.5	22795.0	70197.5
1983-Dez	60291.8	21027.4	81319.2
1984-Dez	71755.9	19335.1	91091.0
1985-Dez	78680.0	17176.6	95856.6
1986-Dez	87117.5	14641.2	101758.7
1987-Dez	93079.9	14464.3	107514.2
1988-Set	87550.1	12008.3	99558.4

 FONTE: Boletim Mensal do Bacen

T A B E L A XIV

JUROS REMETIDOS PARA O EXTERIOR

ANOS	US\$ milhoes
1980	7457.0
1981	10305.2
1982	12550.6
1983	10263.2
1984	11448.8
1985	11238.6
1986	10245.2
1987	9319.2
1988	10590.8

 Fonte: Boletim Mensal do Bacen

- Tavares, M. C. y Coutinho, L. G. - (1986) - La Industrialización Brasileira Reciente: Impasses y Perspectivas - Texto para discussão n. 96 IEI/UFRJ - Rio de Janeiro.

- Tavares, M. C. (1986) Problemas de Industrialización Avanzada em Capitalismos Tardios Y Perifericos - Texto para discussão n. 94 - IEI/UFRJ. Rio de Janeiro.

- Tavares, M. C. (1990) Reestruturação Industrial y Políticas de Ajuste Macroeconomico en los Centros - La Modernización Conservadora - mimeo - Unicamp.

- Teixeira, A. ; Miranda, J. C. (1990) A Economia Mundial no Limiar do Século XXI: O Cenário mais Provável; Textos para discussão n. 257 IEI/UFRJ. Rio de Janeiro

- Velasco. S. C. (1989) Política Industrial e Transição no Brasil - Relatório de Progresso de Pesquisa - CEBRAP.

- Wilberg, M. e Panaziello, M. R. (1989) Considerações sobre a Estratégia, Industrial para a Década de 1990. Coordenadoria de Indústria e Tecnologia do IPLAN.

- Guimarães, F. C. (1986) A Política Tecnológica nos Países de industrialização Recente. Texto para discussão n. 98 - IEI/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Haguenuer, L. (1989) Competitividade: Conceitos e Medidas. Uma Resenha Bibliográfica com Ênfase no caso Brasileiro. Texto para discussão n. 211 - IEI/UFRJ - Rio de Janeiro.
- IPEA - (1990) Política Industrial e Comércio Exterior: Apoio à capacitação Tecnológica da Indústria. Documento de Política n. 1.
- Medeiros, C. A. (1986) Industrialização e Desenvolvimento no Brasil: Perspectiva Pós-Ajuste. Texto para discussão n. 103. IEI/UFRJ - Rio de Janeiro.
- Miranda, J. C.; Tauile, J. R. e Haguenuer, L (1989) - Políticas de gestão do Sistema Produtivo: Uma Resposta Possível do Estado à Crise Brasileira, inércia PT - Um Projeto para o Brasil. são Paulo - SP.
- Suzigam, W. e Dupas, G. (1988) A Nova articulação da Economia Mundial e as Opções para o Brasil: Estratégia Industrial e modernização Tecnológica - são Paulo - SP.
- Suzigam, W. (1989) reestruturação Industrial e Competitividade Internacional - Seminários SEP/SEADE-FECAMP/UNICAMP (IE). Fundação SEADE - Coordenador: Wilson Suzigam.
- Tauile J. R. (1988) Notas sobre Tecnologia, Trabalho e Competitividade no Brasil. Texto para discussão n. 160 - IEI/UFRJ. Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

- Aquarela do Brasil - Ensaio Político e Econômico sobre o Governo Collor. apresentação: Maria da Conceição Tavares, Instituto de Economia Industrial (IEI) Ed. Rio Fundo 1990.
- BNDES (1989) Área de Planejamento e Departamento de Planejamento - integração Competitiva: Uma Estratégia, para o Desenvolvimento Brasileiro. (1a. Minuta para discussão).
- Cadernos do Plano 2015 - Anais dos Seminários Temáticos 1 Perspectiva da Economia Brasileira. A Nova Política Industrial, Eletrobrás - 1991.
- Canuto, O. S. Fo. (1991) La Industria Brasileira y Apertura Económica al Exterior in Samper, E. et alii, La Reversión Industrial - Colombia y Otras Experiencias - Bogotá: FESCOL, (p.111-125).
- Erber, F. S. (1987) Política Industrial no Brasil - Um Quadro Analítico e Algumas Propostas. Texto para discussão n. 136 - IEI/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Fajnzylber, F. (1987). Reestructuración Productiva y Competitividad: Contraste de Estrategias entre Países Desarrollados y América Latina. CEPAL/ONUDI, Reunión Grupo de Expertos de Alto Nivel sobre Estrategias e Políticas Industriales, Montevideo, 30 noviembre - 1 diciembre.
- Ferraz, J. C. (1988). A Heterogeneidade Tecnológica da Indústria Brasileira: Perspectivas e Implicações para a Política. Texto para discussão n. 185 - IEI/UFRJ, Rio de Janeiro.